Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

Desafios e estratégias para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular

Challenges and strategies for including students with special educational needs in mainstream education

Desafíos y estrategias para la inclusión de alumnos con necesidades educativas especiales en la enseñanza ordinaria

Arlene da Costa Santos Ferreira – Mestrado em Ciências da Educação pela Educaler.
Maria Risolete Pessoa – Mestrado em Ciências da Educação pela UPAP.

Resumo:
A educação inclusiva, apoiada por políticas educacionais, tem como objetivo assegurar o direito de todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais (NEE) e deficiência física, à aprendizagem em classes regulares. O estudo tem como objetivo discutir os principais desafios enfrentados pelos professores e gestores educacionais na inclusão desses alunos, para implementar uma educação inclusiva de qualidade. Baseia-se em uma revisão de literatura com abordagem qualitativa, trazendo uma análise histórica da inclusão até os dias atuais e um olhar sobre os aspectos teóricos e práticos desse processo. Os resultados mostram que, apesar dos avanços significativos alcançados, ainda há necessidade de investimentos constantes em formação docente e adaptação curricular. Conclui-se que, para uma educação inclusiva de qualidade, é preciso investir em práticas pedagógicas personalizadas, formação contínua dos professores e infraestrutura adequada. Essas medidas são fundamentais para assegurar a equidade e a efetividade do ensino, estimulando a participação e o desenvolvimento desses estudantes.

Palavras-chave:
Educação inclusiva. Necessidades educacionais especiais. Formação de professores. Ensino regular.

Abstract:
Inclusive education, supported by educational policies, aims to ensure the right of all students, including those with special educational needs (SEN) and physical disabilities, to learn in mainstream classes. This study aims to discuss the main challenges faced by teachers and educational managers in including these students to implement quality inclusive education. It is based on a qualitative literature review, providing a historical analysis of inclusion up to the present and examining the theoretical and practical aspects of this process. The results show that, despite significant progress, sustained investment in teacher education and curricular adaptation remains necessary. The study concludes that quality inclusive education requires personalized teaching practices, continuing teacher education and adequate infrastructure. These measures are fundamental to ensuring equity and effective teaching while encouraging these students' participation and development.

Keywords:
Inclusive education. Special educational needs. Teacher education. Mainstream education.

Resumen:
La educación inclusiva, respaldada por políticas educativas, busca garantizar el derecho de todos los alumnos, incluidos quienes tienen necesidades educativas especiales (NEE) y discapacidad física, a aprender en aulas ordinarias. El estudio tiene como objetivo discutir los principales desafíos que enfrentan docentes y gestores educativos en la inclusión de estos

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

alumnos para implementar una educación inclusiva de calidad. Se basa en una revisión de literatura con enfoque cualitativo, que ofrece un análisis histórico de la inclusión hasta la actualidad y examina sus aspectos teóricos y prácticos. Los resultados muestran que, pese a avances significativos, todavía se necesitan inversiones constantes en formación docente y adaptación curricular. Se concluye que una educación inclusiva de calidad requiere prácticas pedagógicas personalizadas, formación continua del profesorado e infraestructura adecuada. Estas medidas son fundamentales para garantizar equidad y eficacia en la enseñanza, estimulando la participación y el desarrollo de estos estudiantes.

Palabras clave:
Educación inclusiva. Necesidades educativas especiales. Formación docente. Enseñanza ordinaria.

Introdução

Nos últimos anos, a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular tornou-se uma questão central nas políticas educacionais, resultando em mudanças significativas na maneira como a sociedade compreende e valoriza a diversidade.

A educação inclusiva ganhou força mundial com a Declaração de Salamanca, em 1994, que defendeu o direito de todas as crianças a uma educação de qualidade em escolas regulares, independentemente das suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) consolidaram esse direito, permitindo a inclusão de alunos com NEE em classes regulares, com apoio adequado como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Ziliotto; Gisi, 2018).

No entanto, apesar dos avanços legislativos e das discussões sobre inclusão, sua implementação enfrenta diversos obstáculos. A falta de capacitação dos educadores, a falta de recursos pedagógicos adaptados e a falta de infraestrutura nas instituições de ensino, são desafios que impedem o pleno progresso desses estudantes. De acordo com Ziliotto e Gisi (2018), em muitos contextos educacionais, a inclusão se limita ao acesso físico à escola, sem que haja, uma integração curricular e pedagógica que favoreça o aprendizado para os alunos com NEE. Essa diferença entre a teoria e a prática demonstra a necessidade de se aprofundar nas estratégias que possam, de fato contribuir para a inclusão de qualidade.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo compreender os principais obstáculos enfrentados para a inclusão desses alunos no ensino regular e identificar estratégias pedagógicas capazes de superar essas dificuldades. Sua relevância está tanto na contribuição para o aperfeiçoamento das práticas inclusivas nas escolas quanto no fornecimento de

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

conhecimentos teóricos que possam orientar a formação de professores e a implementação de políticas públicas educacionais. A compreensão dos desafios e as soluções para uma inclusão efetiva são fundamentais para assegurar que o direito à educação de todos os alunos seja cumprido, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Neste cenário, também serão analisados, os principais desafios enfrentados por professores e gestores educacionais para incluir alunos com NEE no ensino regular. Além disso, pretende-se também, investigar as dificuldades de formação docente e infraestrutura, identificar as estratégias de apoio mais bem-sucedidas no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e avaliar a importância do planejamento pedagógico individualizado.

A pesquisa está estruturada da seguinte maneira: primeiramente, será abordada a evolução histórica da educação inclusiva e as principais políticas públicas que asseguram os direitos dos alunos com NEE. O segundo tópico do referencial discute os desafios enfrentados pelas escolas e professores, enfatizando a questão da formação docente e os recursos pedagógicos necessários para a inclusão de fato. Seguido pela discussão sobre as estratégias pedagógicas e metodologias usadas no AEE, analisando as práticas que se mostraram mais promissoras na educação inclusiva.

2 a educação inclusiva no contexto histórico

Durante muito tempo, a educação era um privilégio restrito a alguns indivíduos. De acordo com Costa et al. (2019), a formação de indivíduos com necessidades educacionais especiais e deficientes físicos, foi historicamente, marcada pela segregação, passando por diversas alterações ao longo do tempo. Os autores salientam que este movimento teve início na França, com a criação de instituições especializadas em atendimento para surdos e cegos.

Pestalozzi, foi considerado um dos primeiros a lutar pela democratização da educação para pessoas com necessidades especiais, em 1946 ao demonstrar que, apesar de suas diferenças físicas, essas pessoas tinham potencial para aprender. Ele defendia uma educação não-repressiva e dedicou uma grande atenção ao ensino como forma de desenvolver as capacidades humanas (Costa et al. 2019).

De acordo com Costa et al. (2019), a luta pela inclusão e normalização desse público ganhou relevância no século XX, através do movimento conhecido como “Paradigma da Integração”. Esse movimento defendia o direito de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) e deficientes físicos a se matricularem em escolas regulares, mas impôs a

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

condição de que se adaptassem por conta própria, sem que o sistema educacional ou as instituições fizessem alterações para atender às suas peculiaridades.

Dessa forma, Bueno, Bueno e Portilho (2023) referem que as metodologias e o ambiente escolar permaneciam os mesmos, cabendo a esses alunos, lidar com os desafios usando suas próprias capacidades. Essa abordagem acabava por excluir aqueles alunos que não conseguiam acompanhar o currículo regular, forçando muitos a retornarem às escolas especializadas, o que frustrava o objetivo de integração e aumentava o preconceito.

Em 1970, com o início da normalização, houve discussões e novos aprendizados no Brasil. De acordo com Costa et al. (2019) o conceito de normalização, não tinha como objetivo "normalizar" as pessoas com deficiência, mas sim oferecer-lhes as mesmas condições de vida que os outros cidadãos. A ideia era que a deficiência fosse reconhecida como uma característica social comum, ensinando o deficiente a conviver com suas limitações, aproveitando as oportunidades oferecidas.

> Em termos educacionais, normalizar significa oferecer aos alunos com necessidades especiais os mesmos recursos que os alunos sem deficiência, permitindo o seu desenvolvimento. Isso não nega a deficiência, mas aceita como uma condição comum. Já a integração requer mudanças, as quais neste modelo, são esperadas principalmente por crianças com necessidades especiais, o que torna sua implementação mais difícil (Costa et al. 2019, p.7).

Em 1990 ocorreram dois eventos relevantes que enfatizaram uma educação para todos, onde todos são beneficiados: a conferência mundial de educação para todos (1990) e a declaração de Salamanca (1994) onde o princípio da educação inclusiva ganhou destaque no panorama da educação.

A educação inclusiva, ganhou notoriedade durante a Conferência Mundial de Educação Especial. Em 1994, a Declaração de Salamanca, que “estabelece políticas, princípios e práticas para a Educação Especial e influencia as políticas públicas de educação” (Unesco, 1994). Desde então, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em espaços sociais e em salas de aula regulares passou a ser considerada como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais, com a escola regular se tornando o principal lugar para concretizar a integração dessas crianças.

Apenas nas últimas décadas, impulsionada por esses movimentos internacionais e leis nacionais, que a inclusão passou a ser discutida como um direito inalienável, assegurando-lhes oportunidades iguais de crescimento social, emocional e educacional. Conforme Santana e Santos (2022) o conceito de inclusão foi criado para assegurar o direito de todos a uma educação de qualidade.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

Nesse contexto, as instituições de ensino devem se adequar às necessidades dos alunos, promovendo mudanças arquitetônicas, adaptações curriculares, formação de professores, e equipes pedagógicas e de apoio preparadas para receber e oferecer uma educação inclusiva, criando um ambiente onde todos possam aprender juntos, sem importar suas diferenças.

A Declaração de Salamanca, consolidou o entendimento de que as escolas devem acolher todos os alunos, sem distinção de suas condições físicas, cognitivas ou emocionais, assegurando a participação plena de todos no processo de aprendizagem. Atualmente, todos os profissionais, pais e pessoas com necessidades educacionais especiais consideram a inclusão o novo paradigma, que significa incluir todos os indivíduos socialmente, inclusive no campo educacional. O modelo educacional inclusivo é um exemplo de democratização escolar e aceitação das diferenças. Não como um obstáculo, mas como uma característica inerente a todo ser humano e inerente a cada um (Bueno; Bueno e Portilho, 2023).

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reformas e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os estudantes possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isso compreende o currículo, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos nas escolas ou nas salas de aulas, as práticas pedagógicas bem como, as oportunidades de esporte, lazer e recreação (Santana; Santos, 2022).

Mas, somente a partir da Declaração de Salamanca, que o Brasil começou a formalizar essas novas visões a respeito da educação especial. Este documento adotou uma abordagem inovadora, afirmando que todas as crianças possuem características, interesses, competências e necessidades únicas, e que têm o direito à educação e à chance de atingir e manter um nível adequado de aprendizado. Pois, em seu documento, a Declaração estabelece que, "aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve adaptá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de atender a essas necessidades" (Salamanca, 1994, p. 1 e 2).

É amplamente reconhecido que a inclusão escolar não se limita à presença física nas salas de aula, mas também envolve o compromisso com uma educação de qualidade para todos. Isso significa assegurar a acessibilidade, a flexibilização e as adaptações curriculares, promovendo práticas pedagógicas diversificadas e inclusivas.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

> A oferta da educação especial deverá ter início na educação infantil, em creches e na pré-escola, permitindo a identificação das necessidades educacionais especiais e a estimulação do desenvolvimento integral do aluno, bem como a intervenção para atenuar possibilidades de atraso de desenvolvimento, decorrentes ou não de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais (Teles, 2022).

A escola inclusiva, cujo objetivo é atender a todos os alunos sem discriminação, requer o compromisso de todos os envolvidos na educação, especialmente no que diz respeito aos alunos com necessidades especiais. No entanto, a maioria dos professores apresenta pouca ou nenhuma formação específica para lidar com as diversas necessidades de aprendizagem em contextos inclusivos. Isso torna crucial analisar como os educadores estão compreendendo a inclusão desses alunos.

De acordo com Teles (2022, p.12) "atender às diferentes necessidades educacionais é o grande desafio do professor atualmente." Para criar ambientes inclusivos, é necessário refletir sobre o papel da escola e da sociedade, que também devem se reorganizar para apoiar a inclusão. Isso significa combater a discriminação e assegurar uma educação de qualidade para todos, proporcionando um ambiente escolar que garanta acessibilidade, participação e êxito. A inclusão não é apenas colocar a criança na escola, mas criar um ambiente onde todos possam ser membros valorizados da instituição.

No Brasil, a legislação educacional evoluiu bastante para assegurar o direito à educação inclusiva. A promulgação da Constituição de 1988 foi um marco histórico, ao estabelecer a educação como um direito de todos e um dever do Estado, sem qualquer distinção. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) reforçou esse compromisso, determinando que os alunos com NEE deveriam ser preferencialmente matriculados no ensino regular, com apoio especializado, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com Teles (2022), a LDB e outras normas abriram caminho para que o debate sobre a inclusão fosse ampliado, incentivando as escolas a se tornarem espaços plurais e acolhedores.

No entanto, o processo de inclusão nas escolas brasileiras ainda enfrenta desafios. Apesar de a legislação estar bem estruturada, na prática se encontram barreiras culturais, estruturais e pedagógicas. Muitos professores relatam dificuldades em adaptar suas práticas de ensino para atender esse público, especialmente devido à falta de formação adequada (Teles, 2022). Além disso, as escolas frequentemente carecem de recursos materiais e de acessibilidade, o que torna a implementação da educação inclusiva um grande desafio.

No contexto atual, a inclusão educacional requer não somente o acesso à escola, mas também a garantia da permanência e do aprendizado significativo de todos os alunos. Como

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

apontado por Santana e Santos (2022) deve-se concentrar na criação de estratégias que permitam a personalização do ensino e o fortalecimento das práticas pedagógicas adaptadas, como o uso de tecnologia assistiva e a promoção de metodologias ativas que levem em conta as necessidades específicas de cada aluno.

Dessa forma, a história da educação inclusiva no Brasil é marcada por avanços legislativos e normativos, significativos, mas ainda há grandes desafios práticos. As conquistas nas políticas públicas devem ser monitoradas por esforços em formação dos professores, adequação de recursos e, sobretudo, mudanças nas atitudes pedagógicas e culturais das escolas, como parte para uma inclusão que garanta a equidade e a qualidade do ensino para todos.

A inclusão efetiva requer a implementação de estratégias pedagógicas, a limitação das práticas escolares e a sensibilização dos agentes envolvidos, assegurando que o direito à educação se transforme em um aprendizado produtivo. Portanto, é imprescindível discutir os principais obstáculos que ainda impedem a efetiva inclusão nas escolas brasileiras.

2.1 desafios na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais

A atual política educacional brasileira, no que tange às diretrizes para a educação especial, enfatiza a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) e com deficiência física, nas classes comuns, com o objetivo de abolir práticas excludentes/segregacionistas que historicamente marcaram a educação desses estudantes. No entanto, apesar dessa orientação inclusiva, a implementação dessas políticas, ainda se enfrenta obstáculos, especialmente na educação básica, tanto no ensino público quanto no privado (Silva, 2019).

A prática escolar, muitas vezes uniformizadora, compromete a pluralidade da aprendizagem, dificultando o respeito às diferenças. Segundo Silva (2019) em muitos casos, as necessidades individuais dos alunos são negligenciadas, o que reforça práticas excludentes e desconsidera as peculiaridades que exigem uma abordagem pedagógica diferenciada e sensível por parte dos educadores.

Para Oliveira e Veloso (2020) a inserção das pessoas com NEE - e deficiência na educação básica compreende um processo de “dessegregação”, pois se trata da construção de uma sociedade inclusiva, compromissada com esse público. Portanto, não pode ser entendida como um processo paralelo ao contexto da educação comum. “O grande desafio, nesse sentido, é garantir o acesso, permanência e aprendizagem dos alunos que apresentam especificidades

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

sensoriais, cognitivas, físicas e psíquicas no sistema regular de ensino" (Oliveira; Veloso, 2020, p.3).

Esse contexto levanta um dos maiores desafios da inclusão escolar, o de como garantir que, além de estarem fisicamente inseridos nas classes regulares, esses alunos tenham suas especificidades respeitadas e recebam o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento. A partir desse cenário, pode-se discutir os principais desafios enfrentados nesse processo de inclusão, abordando não apenas as questões estruturais e pedagógicas, mas também a necessidade de mudança na mentalidade e nas práticas dos profissionais da educação.

A despeito de avanços legislativos e do debate crescente sobre a educação inclusiva, a prática educativa ainda revela um descompasso significativo entre o ideal e a realidade. Um dos principais obstáculos reside na formação específica de professores para lidar com a diversidade de demandas que esses alunos apresentam. Como apontado por Oliveira e Veloso (2020), a maioria dos educadores não recebe a formação necessária, tanto inicial quanto continuada, para desenvolver práticas inclusivas eficazes, o que impacta diretamente na qualidade do ensino oferecido a esses alunos.

> Outro aspecto denotativo da prática padronizada da instituição escolar é a utilização de referencial perceptivo-motor pré-estabelecido como eixo do trabalho pedagógico em sala de aula, por meio dos conteúdos, metodologias e, principalmente, materiais didáticos. Essa prática, obviamente, não se sintoniza com os referenciais motores do aluno com deficiência física, causando-lhe dificuldades significativas no processo de aprendizagem (Silva, 2019, p.11-12).

Assim, a educação inclusiva de alunos com deficiência física implica substituir o modelo tradicional da prática docente, que é baseado na padronização, eficiência e foco em resultados, por uma abordagem mais aberta, centrada nas dimensões do ser, do fazer e do conviver. Esses três elementos são essenciais para garantir que o desenvolvimento dos alunos com deficiência física seja adequado às suas condições e necessidades, considerando que sua deficiência altera a forma como percebem e interagem com o mundo ao seu redor (Silva, 2019).

Dessa maneira, o aluno com deficiência física deve ser visto como um indivíduo pleno, apesar de suas diferenças, e capaz de responder às demandas do ambiente, desde que lhe sejam oferecidas as condições adequadas para isso. Conforme Oliveira e Veloso (2020, p. 5) mencionam, algumas "deficiências físicas podem impactar significativamente a aparência das pessoas, o que pode resultar em problemas secundários, como a baixa autoestima, que muitas vezes requer intervenção psicológica ou terapêutica". Entretanto, essa baixa autoestima não está diretamente ligada à aparência física, mas às relações que a pessoa estabelece com seu meio social.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

Nesse contexto, atitudes de rejeição por parte de grupos sociais e familiares podem levar a pessoa com deficiência a adotar comportamentos de isolamento, o que dificulta ainda mais sua inclusão no ambiente escolar. Além disso, em situações em que há comprometimento da locomoção ou fala, a criança pode não frequentar a escola regularmente. Quando isso ocorre, é fundamental que ela receba atendimento pedagógico especializado em casa, por meio de um professor itinerante.

Frente a estas reflexões faz-se necessário questionar o papel dos gestores e educadores no sentido de:

> 1 – Desenvolver ações que levem a família e a comunidade a acolher a criança com sua diferença, sem protecionismos.
> 2 – Proporcionar à família e à comunidade atividades que favoreçam a convivência e estimulem a confiança.
> 3 – Estimular a família a participar da vida da criança, de forma que sua intervenção seja segura e eficaz.
> 4 – Estimular a criança a valorizar a reabilitação, para que reconheça a importância de uma manutenção contínua desse processo. É necessário que a criança aprenda a ser cúmplice e aliada de si mesma, no processo da inclusão (Silva, 2019, p.12).

Desse modo, a atuação de uma equipe multiprofissional, composta por educadores especializados e profissionais da saúde, é essencial no processo de reabilitação de crianças com deficiência física. Durante esse processo, é importante que o aluno continue frequentando a escola, pois a interação com colegas e professores contribui para sua reabilitação e inclusão escolar. Oliveira e Veloso (2020) discorrem que a escola, por sua vez, deve se preparar para receber esses alunos, promovendo a acessibilidade por meio da remoção de barreiras arquitetônicas, adaptação do mobiliário e produção de materiais didáticos adaptados às suas necessidades.

Além disso, a carência de formação docente, a falta de recursos pedagógicos adaptados e de infraestrutura escolar adequada são desafios que persistem. Como destaca Silva (2019), muitas escolas brasileiras ainda carecem de recursos tecnológicos e físicos que assegurem a acessibilidade, como materiais didáticos específicos ou tecnologias assistivas. Assim, embora o aluno com NEE e deficiência física, esteja fisicamente na sala de aula regular, ele pode não ter acesso pleno ao conteúdo e às atividades, o que acaba resultando em uma exclusão pedagógica sob o pretexto de inclusão.

Outro desafio crucial é a resistência cultural presente em muitos ambientes escolares. De acordo com Jesus, Santos e Araújo (2021), ainda há uma visão arraigada de que os alunos com necessidades educacionais especiais, devem ser educados separadamente ou que sua presença nas turmas regulares atrapalha o progresso dos demais alunos. Esse preconceito e falta

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

de conscientização impactam a forma como a escola organiza suas práticas, muitas vezes reforçando a exclusão ao invés de promover uma verdadeira inclusão. A falta de sensibilização da comunidade escolar e de ações efetivas para acolher a diversidade reforçam barreiras sociais que dificultam a construção de uma educação inclusiva de fato.

Também é relevante a questão do planejamento pedagógico. Como salienta Ferreira (2021), o ensino regular raramente é adaptado para atender às particularidades dos alunos com NEE, o que dificulta o aprendizado e o desenvolvimento desses alunos. Embora seja preconizado pelo Plano de Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com a Resolução nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE), muitas vezes o planejamento personalizado não é implementado de forma eficaz. A falta de estratégias pedagógicas adequadas às diferentes realidades e necessidades educacionais contribui para o fracasso escolar de muitos estudantes, aumentando as desigualdades educacionais.

Assim sendo, é fundamental que as instituições estejam preparadas para acolher a todos, oferecendo o atendimento educacional adequado. Segundo Ferreira (2021) é imprescindível, considerar uma renovação pedagógica que leve em conta as diferenças entre os estudantes. Isso requer compreender o perfil dos estudantes, suas experiências anteriores, os conhecimentos adquiridos e as habilidades desenvolvidas. Além disso, é crucial ter acesso a materiais didáticos e metodologias específicas, bem como cooperar com outros profissionais e instituições para promover o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência.

É também crucial realizar reformas que garantam a capacitação inicial e contínua dos docentes, oferecendo suporte especializado e fazendo as adaptações curriculares necessárias. A prática pedagógica deve ser analisada com foco na remoção de obstáculos à aprendizagem, em vez de se concentrar apenas nas dificuldades de aprendizagem.

Em suma, é importante considerar o papel das políticas públicas nesse contexto. Apesar de a legislação brasileira apresentar uma evolução considerável no que diz respeito à inclusão escolar, como já foi mencionado anteriormente, a implementação dessas políticas ainda é um desafio. De acordo com Jesus, Santos e Araújo (2021) a implementação de políticas inclusivas enfrenta desafios financeiros, burocráticos e gerenciais, o que dificulta a criação de ambientes realmente inclusivos. A falta de investimentos adequados e a desarticulação entre as esferas governamentais comprometem a sustentabilidade das ações inclusivas, aumentando o ciclo de exclusão.

Diante dos desafios apresentados, é crucial que haja um esforço conjunto entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas. A educação inclusiva requer uma mudança

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

de paradigma que envolva todos, desde os gestores até os professores e alunos, comprometidos com a promoção de uma educação equitativa, que valorize as diferenças e garanta oportunidades de aprendizado para todos.

2.3. estratégias para a educação inclusiva de qualidade

A qualidade do processo de ensino e aprendizagem é crucial para o êxito de todos os estudantes, especialmente em ambientes de inclusão. É essencial compreender a amplitude da expressão "qualificação" e a sua aplicabilidade na sala de aula inclusiva, uma vez que a diversidade de competências e necessidades dos alunos requer um olhar atento e personalizado. Dessa forma, a qualidade não se limita ao uso eficiente de métodos e recursos, mas também à emancipação humana, proporcionando a todos os alunos a oportunidade de se desenvolverem de forma plena (Almeida, 2019).

Dentro dessa perspectiva torna-se necessário discutir estratégias que promovam uma educação inclusiva de qualidade. Para que todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais, possam se beneficiar de uma educação que respeite suas individualidades e aumente suas capacidades, é crucial adotar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade.

Almeida (2019) menciona que LDB/1996 enfatiza a importância de estabelecer padrões de qualidade no ensino. A qualidade está relacionada aos indicadores de desempenho escolar, à quantidade mínima de recursos por aluno e à formação e atuação dos professores. No entanto, para analisar a qualidade da educação inclusiva, é necessário questionar a definição de um padrão, único tendo em vista diversos fatores, tais como o número de alunos por sala, os apoios necessários para o ensino e a aprendizagem, além da relação entre professores e alunos.

Dado que a inclusão escolar se desenvolve nas interações sociais do ambiente escolar, a atuação dos professores é fundamental para a melhoria da qualidade e sucesso (Ramos, 2019). A eficácia educacional inclusiva não se limita à matrícula e ao atendimento educacional especializado aos estudantes com NEE, deficiências e/ou altas habilidades (Brasil, 2008), mas, sobretudo, à prática docente baseada em uma abordagem humana e interacionista de desenvolvimento e aprendizagem.

Tornar o processo de ensino mais humanizado é indispensável para assegurar a inclusão. O professor deve compreender a dinâmica do desenvolvimento pessoal de cada aluno para que possa desempenhar um papel relevante. Ao elaborar um plano de ensino, é essencial não apenas

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

ter domínio sobre o conteúdo a ser ensinado, mas também compreender o progresso do aluno (Almeida, 2019).

Dessa forma, as estratégias de ensino são fundamentais, pois se referem às técnicas que devem ser usadas para facilitar o aprendizado dos alunos no ambiente escolar. O objetivo é desenvolver e aprimorar as habilidades daqueles que enfrentam maiores dificuldades, incluindo o público-alvo da Educação Inclusiva, além de tornar as aulas mais atraentes para os outros alunos nas instituições de ensino. Assim sendo, em relação à inclusão, Ramos (2019) enfatiza a importância de que os estudantes se tornem protagonistas do processo educacional. A partir desse princípio, buscam-se estratégias que possam auxiliar os educadores no progresso educacional daqueles que mais necessitam de assistência.

Segundo Amorim, Maia e Junior (2021), para assegurar uma educação inclusiva de qualidade, é crucial adotar estratégias pedagógicas que não apenas acolham os alunos com necessidades educacionais especiais, mas também promovam o desenvolvimento integral de suas habilidades, respeitando as suas particularidades. Uma das principais estratégias defendidas pela literatura recente é o planejamento pedagógico em conjunto. De acordo com Mantoan (2006), a criação de um currículo inclusivo depende da cooperação entre professores do ensino regular e profissionais especializados, como aqueles do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse trabalho em conjunto possibilita a adaptação de conteúdos e atividades, assegurando que os alunos com NEE, deficiências e/ou altas habilidades, tenham acesso a um aprendizado adequado às suas capacidades, sem se sentirem excluídos das atividades regulares da sala de aula.

Nesse contexto, modificar os rumos da escola significa rever conceitos e melhorar as estratégias, tendo em mente que não há formas únicas de aprender. Cada aluno tem o potencial para desenvolver-se ao longo do processo, sendo de responsabilidade da equipe, ter uma compreensão aprofundada de seus interesses, o que garantirá um maior envolvimento e, consequentemente, uma aprendizagem eficaz.

> Nesse processo, professores da sala regular, professor especialista e equipe gestora precisam organizar ações em prol de um trabalho inclusivo. Quando a escola se desfaz de prática segregativas com base nas ditas incapacidades, e juntam-se na busca por objetivos aos alunos podem desenvolver mais (Capellini; Zerbato, 2019, p.10).

A educação inclusiva exige a colaboração de toda a comunidade escolar para garantir acesso, permanência e aprendizado com qualidade, equidade e respeito às diferenças.

Além disso, a formação contínua dos professores é indispensável para o êxito da inclusão escolar. Capellini e Zerbato (2019) afirmam que a qualificação docente é crucial para

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

que os educadores adquiram os conhecimentos teóricos e práticos necessários para lidar com a diversidade em sala de aula. Programas de formação que atendam desde questões legais até metodologias inclusivas são fundamentais para desenvolver uma prática pedagógica que atenda as particularidades de cada aluno.

Outro fator importante é o uso de recursos pedagógicos acessíveis e tecnologias assistivas. Mantoan (2006) ressalta que materiais adaptados, como livros em braile e softwares educacionais, são essenciais para a inclusão de estudantes com deficiência, permitindo sua participação ativa e promovendo equidade no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, Capellini e Zerbato (2019) enfatizam que a educação inclusiva, com base no respeito e na valorização das diferenças, é indispensável para a inclusão de qualidade. Um ambiente acolhedor, onde todos os alunos se sentem pertencentes, é o alicerce para superar as barreiras da exclusão e construir uma educação inclusiva de fato.

3. metodologia

Este estudo adota a metodologia de revisão de literatura com abordagem qualitativa, com o objetivo de proporcionar uma análise abrangente e crítica das pesquisas já realizadas sobre o tema. Segundo Gil (2004), esse tipo de revisão permite ao pesquisador reunir e analisar estudos já realizados sobre o assunto, de modo a identificar lacunas, mapear tendências e consolidar o conhecimento disponível.

Para Galvão e Ricarte (2020), uma revisão de literatura bem conduzida vai além de simplesmente reunir informações: ela deve ser crítica, sistemática e focada, oferecendo uma síntese que demonstre a evolução do campo de estudo e o estado atual da pesquisa. Quando realizada com uma abordagem qualitativa, a revisão busca não apenas quantificar dados, mas interpretar significados, identificar padrões e compreender contextos, algo que, conforme os autores é fundamental para o entendimento mais profundo de fenômenos sociais e educacionais.

Neste estudo, a abordagem qualitativa na revisão de literatura foi escolhida para explorar as práticas pedagógicas inclusivas e o desenvolvimento de competências socioemocionais em salas de aula inclusivas. Este estudo focou em fontes relevantes publicadas entre 2018 e 2024, incluindo artigos científicos, livros e teses acessados por meio de bases de dados acadêmicas como Google Scholar, Scielo e Periodicos Capes.

O processo de coleta de dados foi conduzido com base em termos de busca específicos, como “educação inclusiva,” “competências socioemocionais,” e “estratégias pedagógicas,” garantindo uma revisão sistemática e coerente. Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

é uma ferramenta poderosa na categorização e interpretação de dados textuais, possibilitando ao pesquisador identificar relações entre conceitos e temas. Essa abordagem permitiu um entendimento mais profundo sobre como diferentes estratégias pedagógicas podem ser adaptadas para atender às necessidades de alunos com diferentes perfis educacionais.

Em resumo, este estudo possibilitou uma visão abrangente sobre o estado da arte das práticas inclusivas no desenvolvimento de competências socioemocionais. Esse processo metodológico se mostrou eficaz para consolidar o conhecimento existente, identificar lacunas e propor direções futuras para pesquisas na área da educação inclusiva. Como afirma Minayo (2012), a pesquisa qualitativa, ao se concentrar em aspectos interpretativos e contextuais, contribui de maneira significativa para a compreensão e melhoria dos processos educacionais, especialmente no que se refere à inclusão e ao desenvolvimento integral dos alunos.

4. resultados e discussão

Os resultados deste estudo indicam que, apesar dos avanços legais e institucionais em relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) e deficientes físicos, no ensino regular, ainda há grandes desafios a serem enfrentados nas práticas pedagógicas cotidianas. A análise da literatura revelou que a inclusão escolar, embora sustentada por um arcabouço jurídico, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), enfrenta entraves significativos que comprometem a plena efetividade dessa proposta.

Conforme apontado por Mantoan (2006), um dos grandes desafios na inclusão está na formação insuficiente dos professores, o que dificulta a adaptação de práticas pedagógicas e currículos para atender à diversidade presente em sala de aula.

O objetivo central deste estudo, que era identificar os principais desafios enfrentados pelos professores e gestores educacionais na inclusão de alunos com NEE, foi alcançado ao demonstrar que a falta de capacitação contínuada e o apoio técnico são elementos cruciais que ainda precisam ser aprimorados. De acordo com Costa et al. (2019), a formação docente para a inclusão não pode ser pontual; ela deve ser continuada, interdisciplinar e voltada para o desenvolvimento de práticas inclusivas eficientes. Este ponto se reflete nos achados deste estudo, que mostram que muitos docentes ainda se sentem despreparados para lidar com as especificidades das necessidades dos alunos com deficiência, uma situação agravada pela falta de infraestrutura e materiais didáticos adequados, conforme discutido por Bueno, Bueno e Portilho (2023).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

Segundo Teles (2022), a inclusão não deve ser vista apenas como um desafio pedagógico, mas também como uma questão de gestão escolar, que envolve desde o planejamento das políticas institucionais até o suporte diário aos professores e alunos. No contexto brasileiro, autores como Oliveira e Veloso (2020) apontam que, além de uma infraestrutura física ineficiente, as escolas enfrentam dificuldades em disponibilizar recursos humanos e tecnológicos que possam dar suporte adequado às práticas inclusivas. Esse dado foi reforçado pelos resultados, que revelam que, em muitas escolas, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ainda não está totalmente implementado de forma completa, prejudicando o acompanhamento desses alunos.

Outro ponto que merece destaque nos resultados deste estudo é a necessidade do envolvimento da comunidade escolar como um todo, incluindo gestores, pais e demais profissionais, para que a inclusão seja efetiva. A literatura reforça que a inclusão não deve ser responsabilidade apenas dos professores de sala de aula regular ou dos professores especialistas do AEE, é necessária uma articulação entre todos os atores do ambiente escolar, como destacado por Silva (2019).

Dessa maneira, embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente na promoção de uma educação inclusiva, ainda há muito a ser feito em termos de práticas pedagógicas e formação docente. A inclusão educacional exige um esforço contínuo de adaptação curricular, capacitação dos professores e apoio institucional para que os estudantes possam desenvolver plenamente suas potencialidades.

5. conclusão

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e deficiências nas escolas comuns está estabelecida nos textos legais, mas, a educação inclusiva não se limita à observância da lei que a reconhece e garante, mas requer uma mudança de postura, de percepção e de concepção dos sistemas educacionais. Isso implica ampliar o conceito de educação inclusiva e trabalhar em prol da diversidade, rever os objetivos, metas e currículos das escolas de acordo com a perspectiva inclusiva, e capacitar todos os estudantes, para se integrarem e atuarem na sociedade, exercendo assim a cidadania.

No entanto, somente quando a sociedade e não apenas os profissionais, que lidam com esse público se mobilizarem, é que serão extintas as práticas segregacionistas que ao longo da história marginalizaram e estigmatizaram pessoas com diferenças individuais acentuadas.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

A partir da análise apresentada, este estudo demonstrou que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular é um desafio que, apesar de apoiado por políticas educacionais, ainda enfrenta dificuldades significativas para ser implementado. A falta de formação adequada dos professores, o planejamento pedagógico ineficiente e a falta de recursos estruturais comprometem o êxito desse processo. Como resposta ao problema investigado, a inclusão, para ser efetiva, requer não somente a presença dos alunos nas salas de aula regulares, mas também a criação de um ambiente educacional que respeite suas individualidades e ofereça estratégias pedagógicas específicas, como o Plano de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Este estudo reforça a relevância de uma educação inclusiva de excelência, que não se limita apenas à inclusão de estudantes, mas que também proporciona um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade e fomente o desenvolvimento completo de cada um deles. As estratégias apresentadas, tais como a capacitação contínua dos professores, o uso de recursos pedagógicos adaptados e a implementação de um planejamento colaborativo, demonstram o potencial de melhoria na prática educativa inclusiva.

Sendo assim, sugere-se que futuros estudos se aprofundem na análise de experiências práticas de inclusão, especialmente em realidades de ensino público e privado, com o objetivo de investigar o impacto dessas práticas no desempenho acadêmico e social dos estudantes com NEE e deficiências físicas. Além disso, novas pesquisas podem revelar o papel da comunidade escolar na efetivação de um ambiente de inclusão, ampliando o debate para além das salas de aula e envolvendo a família e outros profissionais da educação. Em suma, a educação inclusiva não deve ser entendida como um fim, mas sim como um processo contínuo de construção de uma escola para todos.

Referências

ALMEIDA, Ludmila de Souza Rocha. Educação inclusiva de qualidade: à luz da docência humanista. Brasília, 2019. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB).

AMORIM, Marília Carollyne Soares e; MAIA, Joycy Beatriz Moreira; SILVA JÚNIOR, Dilmar Rodrigues da. Estratégias pedagógicas para inclusão do público-alvo da educação especial. Anais do VII Congresso Nacional de Educação - CONEDU. Disponível em: https://editorarealize.com.br/.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2020 de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2023 | submissão: 05/06/2023 | aceito: 12/06/2023 | publicação: 17/06/2023

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br.

BUENO, Josiane Jocoski; BUENO, Sávio; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 18, 2023.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. O que é o ensino colaborativo? 1º ed.- São Paulo: Edicon, 2019.

COSTA, Denise Ferreira da et al. Educação inclusiva: breve contexto histórico das mudanças de paradigmas. 2019. Disponível em: https://semanaacademica.org.br.

FERREIRA, Eglem Cristina Gomes. Educação especial e educação inclusiva: os desafios da inclusão no âmbito escolar. Anais do VII Congresso Nacional de Educação - CONEDU. Disponível em: https://editorarealize.com.br/.

JESUS, Amanda Caroliny Sena de; SANTOS, Layse Fernanda Dias dos; ARAÚJO, Rosenéri Lago de Sousa. Os desafios da inclusão escolar na sala de aula. Artigo científico, 2021. Disponível em: https://repositorio.alfaunipac.com.br/.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

OLIVEIRA, Gabriel Gonçalves; VELOSO, Lérica Maria Mendes. Principais desafios na inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. Revista Brasileira de Educação Básica, 2020. Disponível em: https://rbeducacaobasica.com.br/.

RAMOS, Sara Pinto. Educação inclusiva: desafios e possibilidades na prática docente. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação) — Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

SILVA, A. F. da. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física / elaboração Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2019. 67 p.

TELES, Lara Vitória Monteiro. Sobre o processo de inclusão escolar na contemporaneidade: limites ou possibilidades? Goiânia, 2022. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

ZILIOTTO, Gisele Sotta; GISI, Maria Lourdes. As políticas de educação especial no Brasil: trajetória histórica dos normativos e desafios. 2018. Artigo apresentado à Universidade de Lisboa. Disponível em: https://www.red.org/.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.